

# Investidores temem mudança de rumos

Dida Sampaio/AE

*Governo procura tranquilizar mercado garantindo que não fará "malabarismos"*

LU AIKO OTTA

**B**RASÍLIA – Um grande investidor brasileiro pendurou, no teto de seu escritório, uma vaca de brinquedo. Ela está lá como um lembrete sobre os rumos da economia brasileira: bovinos não voam e, portanto, a vaca pode cair a qualquer momento. Da mesma forma, esse investidor teme que a condução da política econômica, que tanto tem agradado a empresários e economistas, seja tão insustentável como o voo de uma vaca. Trocando em miúdos, o medo é que o governo Lula altere os rumos da economia à medida em perca popularidade e tenha problemas com sua base de sustentação política.

Esse temor ainda não abandonou os agentes econômicos, apesar das reiteradas demonstrações em contrário do governo. É um pensamento que também continua presente entre uma parcela de articuladores políticos que estão sempre prontos a apresentar um "plano B" para a economia.

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, tem demonstrado em suas declarações públicas que tem clareza do quadro difícil a administrar.

Em uma reunião com integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ele disse aos presentes que a reforma tributária será feita "no fio da navalha", ou seja, "num ambiente de restrições macroeconômicas e restrições orçamentárias." Não é uma avaliação só de Palocci. O ministro da Secretaria do CDES, Tarso Genro, admitiu que o governo Luiz Inácio Lula da Silva "não tem tido condições de responder a quase nada" dos anseios da população. Ele acha que o presidente não tem direito de pedir trégua à sociedade. "Tem direito de pedir paciência, pedir compreensão e pedir para ser ouvido." O cacife da atual estratégia econômica e de seu condutor, o ministro Palocci, será posto à prova ao longo dos próximos meses. Haverá dados positivos a mostrar, como a queda da inflação, o bom desempenho das contas externas e a melhora na avaliação do Brasil por parte do mercado internacional. No entanto, os dados que são mais caros ao governo, como o emprego, o consumo e a renda do trabalhador, terão



*Palocci tem garantido a interlocutores que política será mantida*

um desempenho frustrante.

Os dados divulgados na última semana mostram as duas faces da puxada nos juros promovidos nos dois primeiros meses do governo Lula. Por um lado, a inflação dá indicações de que está perdendo o fôlego. Por outro lado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) anunciou que as vendas da indústria recuaram 3,16% em janeiro, na comparação com dezembro. No mesmo período de comparação, as vendas do varejo caíram 5,07%.

Como esses dados referem-se a janeiro e os juros voltaram a subir em fevereiro, os números continuarão negativos por mais algum tempo.

A elevação dos juros tem reflexos no custo dos empréstimos ao consumidor, por isso afeta diretamente as perspectivas de crescimento econômico. A projeção oficial de crescimento para este ano é modesta: uma expansão de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB). O mercado espera menos: algo mais próximo de 2%.

Essa tendência negativa é esperada pelo próprio governo. As avaliações na área técnica são de que o consumo e a renda real do trabalhador assalariado cairão ao longo deste ano. As consequências já começam a aparecer. O nível de popularidade do

presidente caiu de 83,6% em janeiro para 78,9% em fevereiro, de acordo com a mais recente pesquisa CNT/Sensus.

"O governo Lula será muito mais sensível aos resultados da atividade econômica", comenta o economista Roberto Padovani, da Tendências Consultoria Integrada. Por isso, avalia, a tentativa de promover uma mudança brusca na política econômica permanece. No entanto, ele acha que o governo resistirá à idéia de acionar um possível "plano B" por enquanto.

Ironicamente, o risco de uma guerra entre Estados Unidos e Iraque está dando fôlego à estratégia de Palocci. "Eles podem culpar o cenário externo, e será verdade", avalia.

Um técnico da área econômica do governo revelou que têm sido freqüentes as consultas sobre qual será a atitude do Brasil perante a eclosão do conflito e à provável redução dos fluxos de financiamento externo. Os analistas temem medidas extremas, como a centralização do câmbio, por exemplo. Diante desse tipo de pergunta, os integrantes da equipe econômica reafirmam que perseverarão nas políticas já adotadas. Se necessário, dizem, o governo poderá até promover um novo aperto fiscal.

**P**RESSÃO  
PODE VIR DA  
QUEDA DE  
POPULARIDADE